

Seed / Desg / Cetepar

ENSINO NOTURNO  
DE 20 GRAU

"Enfrentando o  
Desafio"

Ctba, novembro / 87

BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR

- SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SIDNEY PINHEIRO GONÇALVES

- DIRETOR GERAL

DANIEL DOMASZAK

- SUPERINTENDENTE DE EDUCAÇÃO

LÉO FLACH

- DIRETOR DO DEPTº DO ENSINO DE 2º GRAU

NORMA DE MELLO SARTORI

- ASSISTENTE TÉCNICA

EQUIPE DE ENSINO/DESG:

- Fátima Ikiko Yokohama
- Maria Aparecida de Souza Bremer - COORDENADORA
- Mário Cândido de Athayde Júnior
- Noeli Prestes Padilha
- Rose Mary Gimenez Gonçalves
- Suely Therezinha Dall'Agnol Zancanaro

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO . . . . .	01
I - INTRODUÇÃO . . . . .	02
II - A REALIDADE DO ENSINO DE 2º GRAU NOTURNO . . . . .	05
III - PRINCÍPIOS NORTEADORES . . . . .	14
IV - ASPECTOS RELEVANTES PARA APROFUNDAMENTO. . . . .	17
V - REFERENCIAL TEÓRICO. . . . .	25

## APRESENTAÇÃO

Dando continuidade às ações de reestruturação do Ensino de 2º Grau, a Secretaria de Estado da Educação, através deste Departamento de Ensino, estabeleceu como uma de suas metas prioritárias para o quadriênio 87/90 a busca de soluções alternativas para o atendimento das expectativas específicas da população que, além de trabalhar, frequenta a escola no período noturno.

Ao mesmo tempo em que tem compromisso com a democratização do acesso ao saber sistematizado — daí a expansão da rede neste turno — a Secretaria de Educação tem, também, compromisso de oferecer um ensino de boa qualidade, para que a escola pública cumpra sua função social. Assim, Políticas Setoriais norteadoras da ação deste Departamento exigem que se dê uma resposta mais efetiva à clientela de jovens trabalhadores que, por necessidade, procuram a escola no noturno.

É nesse contexto de promoção de esforços conjuntos para a elaboração de uma PROPOSTA PARA O ENSINO DE 2º GRAU NOTURNO que a Secretaria de Estado da Educação e o Departamento de Ensino de 2º Grau convocam os organismos centrais e regionais; diretores, professores e alunos, enfim, a comunidade escolar paranaense para que, unida em torno da busca e garantia da melhoria da qualidade do ensino, prosiga na conquista dos direitos sociais, rumo a uma escola democrática, consciente de seu papel social e que atenda às peculiaridades regionais e de alunado que a frequenta.

## I - INTRODUÇÃO

Tendo em vista as Diretrizes de Governo que revelam a preocupação dominante de democratizar e resgatar a credibilidade da escola pública, expressas no Plano Setorial do Governo 87/90, o Departamento do Ensino de 2º Grau, ao dar cumprimento aos objetivos voltados à crescente democratização da escola em todas as dimensões de seu funcionamento, propõe envolver os órgãos centrais e regionais na perspectiva prática de busca de alternativas que resultem na melhoria da qualidade do nível de ensino ofertado pelo 2º grau noturno.

As dimensões da ação educacional do Estado que norteiam a atuação da SEED asseguram, pedagogicamente, um conjunto de ações voltadas para o processo de educação escolar em si mesmo, visando assegurar a todo o conjunto de escolas paranaenses um padrão uniforme e adequado de exigências, procedimentos e conteúdos.

Para que se garanta a execução dessas propostas, faz-se necessário administrar os meios próprios da Secretaria em seu sentido global — recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos — o que se dará a nível administrativo, a fim de que se cumpram as respectivas funções e se atinjam plenamente os seus objetivos, como inclusive a dotação das escolas dos meios básicos para o seu funcionamento, prédios adequados e conservados, materiais didáticos, merenda, materiais de apoio, assistência etc.

Todo o trabalho dessas dimensões não tem outro objetivo senão o de aproximar a escola à comunidade, incentivando as pessoas a nela se envolverem, buscando soluções para a melhoria do seu funcio

namento, desde o exame em conjunto dos problemas da escola até o estabelecimento de planos de ação, num esforço solidário para que se alcancem as metas pré-fixadas.

A presente proposta pretende garantir ações que contemplem estas dimensões. As Linhas Gerais de Ação do DESG 87/90, no que se refere à definição de uma política de Ensino Noturno, consubstanciada em proposta pedagógica e administrativa, encontram-se garantidas nas metas<sup>1</sup> relacionadas a seguir:

- Elaboração de proposta pedagógico-administrativa para os diferentes cursos de 2º Grau Noturno, abrangendo 351 estabelecimentos da rede estadual de ensino, beneficiando o aluno trabalhador que frequenta este turno;
- Preparação dos docentes atuantes no ensino de 2º Grau para a dinamização da proposta pedagógica e administrativa;
- Provimento de recursos materiais necessários à realização da proposta pedagógica e administrativa para os cursos de 2º Grau Noturno.

Considerando, pois, o atendimento do período noturno dentro de uma concepção mais ampla, este se integra e depende do proposto no Projeto Pedagógico Básico<sup>2</sup>, que visa nortear a ação conjunta dos diversos níveis de atuação do Sistema Estadual de Ensino, dada a importância do compromisso de todos para a efetivação do projeto educacional.

A especificidade do período noturno exige que algumas adequações sejam propostas. Esta especificidade se revela na realidade do aluno trabalhador, geralmente cansado e mal alimentado; nas condições do professor, que completa jornada de trabalho em diversos estabelecimentos de ensino, muitas vezes sem o incentivo necessário; nas condições do prédio e insuficiente quanto ao quadro de pessoal.

(1) DESG. Plano de Trabalho Anual/87.

(2) SEED/Superintendência de Educação, 1988.

A escola noturna que o Estado do Paraná pretende deve estar a serviço da comunidade, mesmo sendo consideradas as limitações já descritas.

A complexidade da tarefa exige um debate das questões educacionais que afligem o 2º Grau Noturno com os educadores que atuam nesta área, para o aprofundamento dessas questões e o envolvimento do conjunto de educadores no encaminhamento das soluções alternativas. Esta discussão deve acontecer nas Escolas, nas Inspetorias Estaduais de Educação, nos Núcleos Regionais de Educação, nas Instituições de Ensino Superior, para articulação de ações que visem a superação das dificuldades historicamente enfrentadas pela clientela e profissionais do ensino noturno.

## II- A REALIDADE DO ENSINO DE 2º GRAU NOTURNO

Englobando os estabelecimentos de ensino das redes Federal, Estadual, Municipal e Particular, o Estado possui 589 estabelecimentos de ensino de 2º grau, cuja matrícula, nos dois turnos abrange 186.753 alunos. Esta realidade é predominantemente pública (75,6%), urbana (75,8%) e noturna (59,0%) - TABELA 1.

A expansão da rede física tem acompanhado a divisão territorial do Estado. Atualmente, oferta-se ensino de 2º grau (diurno e noturno) em 298 municípios. Somente em 13 deles, a oferta se resume em escolas de 1º grau. Em 51 dos 411 distritos já se encontra garantido o atendimento da clientela jovem.

O número de salas de aulas disponíveis no Estado é de 41.404 e apenas 3.120 turmas utilizam-se deste espaço físico.

A clientela potencial é composta de jovens entre 15 e 18 anos. De acordo com os dados fornecidos pela FUNDEPAR a população escolarizável nesta faixa etária soma 818.545, dos quais estão matriculados apenas 122.884 alunos, representando portanto 15% desta população.

A criação de cursos de 2º grau se dá em atendimento às reivindicações municipais. A mobilização da classe política representativa da comunidade resulta em solicitações de cursos nos ramos de ensino de Contabilidade, Magistério e Educação Geral. No período noturno, a oferta se restringe quase exclusivamente aos cursos de Contabilidade (43,58%) e de Educação Geral (22,41%) - TABELA 2, sendo que os outros cursos não apresentam matrículas significativas.

As razões do predomínio da oferta destes cursos noturnos, de

vem-se primeiramente ao caráter populista de que se revestia a criação de escolas e pela pressão da classe média que via, na escola, alternativa de acesso ao saber e de ascensão social, além de que são cursos menos dispendiosos, facilmente adaptados em prédio de 1º grau.

Os dados demonstram que a oferta de 2º grau, no Estado, se concentra no setor terciário, o qual representa 92,5%. Quanto aos setores secundário (5,5%) e o primário (2,0%), a oferta não é relevante - TABELA 3.

As análises mais detalhadas requerem dados aprofundados que revelem as características específicas da clientela que procura a escola no período noturno no Estado do Paraná.

Apresentaremos a seguir alguns dados relevantes e análises da pesquisa já citada no documento "Ensino de 2º grau - Caracterização e Perspectivas", atualizados de 1984 a 1987 pelo DESG e FUNDEPAR, com autorização da Coordenadora da pesquisa, a Professora Acácia Z. Kuenzer, objetivando oferecer elementos que permitam melhor entendimento da realidade de 2º grau.

Considerando o número de matrículas e a população escolarizável, de 15 a 18 anos, o Estado do Paraná encontra-se entre as unidades da Federação que se mantém na média nacional de atendimento (15,0%). Contudo, a democratização da oferta de 2º grau está a exigir um grande esforço do Estado, na medida em que os problemas clássicos persistem: oferta inadequada e qualidade insatisfatória.

Verifica-se pela comparação das matrículas no 2º grau entre 1970 e 1987 - TABELA 4 - que o grande esforço de expansão ocorreu na década de 70: em 1971 havia 62.408 matrículas, que crescem 163,0% até - 1980, quando são efetivadas 164.466 matrículas; nos anos que se seguem até 1987, verifica-se a desaceleração da oferta que cresce apenas 13,56%, atingindo o total de 186.753 matrículas.

Quanto à porcentagem dos alunos que chegaram a 3ª. série no período em estudo - TABELA 5 - variou de 64,2% em 1975 a 38,5% em

1986, observando-se uma tendência decrescente a partir de 1978, que precisa ser melhor investigada. Embora as matrículas de 1ª série tenham crescido a um índice de 176,0% de 75 a 87, as matrículas de 3ª série cresceram a um índice de 144%, o que evidencia uma evasão crescente no ensino de 2º grau em relação a seus concluintes.

As explicações para este fato vão desde a não priorização deste grau de ensino pelo Poder Público, até a perda de significado social do ensino de 2º grau, demonstrada pelo desinteresse dos alunos que não vêem muito sentido em permanecer no seu interior. Esta situação é agravada pelo elevado número de jovens forçados a ingressar precocemente no mercado de trabalho.

A comparação entre o número de matrículas de 5ª série, número de conclusões de 8ª série e o nº de matrículas na 1ª série de 2º grau - TABELA 6 - permite verificar que não há grande descompasso entre a conclusão de 1º grau e o ingresso no 2º grau, mesmo que se considere que significativa parcela das matrículas no 2º grau é constituída pela demanda reprimida. As grandes perdas ocorrem no decorrer do 1º grau, pois de cada 100 alunos que iniciam a 1ª série, apenas 13 concluem a 8ª série. Tomando-se especificamente as séries finais de 1º grau, ainda assim, verifica-se que em média 31% dos matriculados na 5ª série concluem a 8ª série. A série histórica de matrículas sucessivas no ensino de 2º grau comprova que as conclusões estão em torno de 45,0%.

Como se pode verificar, dos alunos que ingressam na 1ª série do 1º grau, apenas 19% chegam até a 8ª série e podem ingressar no 2º grau, destes, incluindo os que retornam à escola após o ingresso na força de trabalho tornando-se trabalhadores - estudantes, somente 8% concluem este grau de ensino, o que corresponde a aproximadamente 15,0% da população da faixa etária de 15 a 18 anos.

Diante destes dados o importante é buscar, junto aos estabelecimentos de ensino, formas que propiciem um melhor conheci-

mento deste aluno que se encontra engajado no trabalho assalariado durante o dia, auxiliando na renda familiar.

TABELA 1  
 Nº DE MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SÉRIE E TURNO DE 1980 a 1987  
 TOTAL DO ESTADO

ANO	SÉRIE	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR		TOTAL		
		Nº DE ALUNOS		Nº DE ALUNOS		Nº DE ALUNOS		Nº DE ALUNOS		Nº DE ALUNOS		D + N
		DIURNO	NOTURNO									
1980	1a.	1.615	810	20.050	41.738	39	172	7.912	6.586	29.616	49.306	78.937
	2a.	1.607	612	10.869	24.012	22	84	6.358	5.158	18.816	29.866	48.188
	3a.	672	517	6.380	17.017	33	85	6.961	4.229	14.046	21.848	35.894
	4a.	340	453	133	376	-	-	40	105	513	934	1.447
	TOTAL	3.694	2.392	37.432	83.143	94	341	21.271	16.078	62.491	101.954	164.496
1981	1a.	1.537	786	19.514	41.485	57	201	8.373	6.767	29.481	49.239	78.720
	2a.	1.021	576	11.552	25.185	35	114	6.973	4.491	19.581	30.366	49.947
	3a.	673	478	6.330	16.323	21	76	7.429	4.401	14.453	21.278	35.731
	4a.	406	429	214	312	-	-	11	125	631	866	1.407
	TOTAL	3.637	2.269	37.610	83.305	113	391	22.786	15.784	64.146	101.749	165.895
1982	1a.	1.421	684	19.896	43.378	120	180	9.353	7.868	30.790	52.110	82.900
	2a.	1.108	520	11.337	24.654	39	109	6.529	5.042	19.013	30.324	49.337
	3a.	696	397	7.100	16.156	29	83	7.128	4.493	14.953	21.129	36.082
	4a.	457	498	381	627	-	-	106	257	944	1.382	2.326
	TOTAL	3.682	2.099	38.714	84.815	188	371	23.116	17.660	65.700	104.945	170.645
1983	1a.	1.392	673	20.396	45.262	102	193	9.247	7.321	31.137	53.449	84.586
	2a.	1.130	531	11.398	23.844	50	87	7.508	5.227	20.086	29.689	49.775
	3a.	715	418	7.191	15.508	22	49	7.083	3.879	15.011	19.854	34.865
	4a.	419	425	397	522	-	-	63	151	909	1.098	2.007
	TOTAL	3.686	2.047	39.382	85.136	174	329	23.901	16.578	67.143	104.090	171.233
1984	1a.	1.586	671	21.706	47.519	67	-	8.868	6.667	32.232	54.877	87.100
	2a.	1.218	602	12.963	26.228	36	-	7.175	4.564	21.365	31.300	52.720
	3a.	807	533	7.924	16.077	16	-	6.881	4.316	15.628	20.926	25.554
	4a.	536	443	315	645	-	-	50	121	901	1.209	2.110
	TOTAL	4.147	2.249	42.908	90.469	119	-	22.969	15.668	70.127	108.402	178.529
1985	1a.	167	-	23.043	46.826	27	-	9.168	7.174	32.405	54.000	86.405
	2a.	69	-	13.163	25.159	19	-	6.905	4.459	20.156	30.618	50.774
	3a.	70	-	8.975	16.669	12	-	6.926	4.351	15.983	21.020	37.003
	4a.	-	-	244	596	-	-	32	128	276	724	1.000
	NS	4.428	2.276	-	-	-	-	66	-	4.494	2.276	6.770
	TOTAL	4.734	2.276	45.425	90.250	58	-	23.097	16.112	73.314	108.638	181.952
1986	1a.	123	58	22.570	48.305	55	40	9.661	8.094	32.409	56.497	88.906
	2a.	127	61	14.737	27.581	21	-	7.155	5.164	22.040	32.806	54.846
	3a.	58	69	9.332	17.692	16	-	6.599	4.111	16.005	21.872	37.877
	4a.	-	-	191	509	-	-	26	159	217	668	885
	NS	3.849	1.834	-	-	-	-	84	-	3.933	1.834	5.767
	TOTAL	4.157	2.022	46.830	94.087	92	40	23.525	17.528	74.604	113.677	188.281
1987	1a.	107	60	21.665	44.209	65	13	11.463	8.732	33.300	53.014	86.314
	2a.	78	57	13.937	26.947	56	26	7.790	5.578	21.861	32.608	54.469
	3a.	99	40	10.133	17.187	28	-	7.008	4.700	17.268	21.927	39.195
	4a.	-	-	192	672	-	-	38	189	230	861	1.091
	NS	3.972	1.647	-	-	-	-	65	-	4.037	1.647	5.684
	TOTAL	4.256	1.804	45.927	89.015	149	39	26.364	19.199	76.696	110.057	186.753

Fonte/FUNDEPAR - 1987

12/11/87

FUNDEPAR

TABELA 2

ESTADO DO PARANÁ

RESUMO DA OFERTA DE ENSINO POR HABILITACAO NO PERIODO NOTURNO DA REDE ESTADUAL EM 1987

CURSO/HABILITACAO	N.OFERTA	PORC.	N.TURMAS	PORC.	MATRICULAS	PORC.
0032 TECNICO EM AGRIMENSURA	1	0,16	4	0,15	50	0,05
0057 ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	10	3,00	102	3,98	3745	4,20
0081 AUXILIAR DE CONTABILIDADE	2	0,33	5	0,19	167	0,18
0099 AUXILIAR DE ESCRITORIO	6	1,00	20	0,78	642	0,72
0102 AUX. ESCRIT. TEC. EDIFICACOES	1	0,16	3	0,11	34	0,03
0146 AUXILIAR DE PATOLOGIA CLINICA	7	1,16	16	0,62	410	0,46
0147 AUXILIAR PROCESSAMENTO DADOS	1	0,16	1	0,03	17	0,01
0204 TEC. COMERCIALIZ. MERCADOLOGIA	2	0,33	10	0,39	339	0,38
0249 TECNICO EM CONTABILIDADE	180	30,00	1080	42,17	40561	45,56
0269 HABIL. BASICA CRED. E FINANÇAS	6	1,00	23	0,89	794	0,89
0282 DESENHISTA DE ARQUITETURA	6	1,00	18	0,70	465	0,52
0294 DESENHISTA DE DECORACAO	1	0,16	3	0,11	45	0,05
0353 TECNICO EM EDIFICACOES	2	0,33	6	0,23	201	0,22
0390 TECNICO EM ELEOTECNICA	3	0,50	19	0,74	710	0,79
0399 TECNICO EM ESTATISTICA	1	0,16	3	0,11	59	0,06
0412 HABIL. D.G. P/ MAGIST. PRE-ESD	3	0,50	7	0,27	257	0,28
0477 HABILIT. ESPECIF.P/ MAGISTERIO	35	5,33	102	3,98	3221	3,53
0480 TECNICO EM MECANICA	1	0,16	4	0,15	107	0,12
0501 TECNICO EM PATOLOGIA CLINICA	1	0,16	3	0,11	85	0,09
0549 PROMOTOR DE VENDAS	3	0,50	7	0,27	200	0,22
0582 TECNICO EM PUBLICIDADE	1	0,16	3	0,11	103	0,11
0581 TECNICO EM QUIMICA	3	0,50	15	0,58	433	0,49
0572 REDATOR AUXILIAR	1	0,16	2	0,07	11	0,01
0582 TECNICO EM SANEAMENTO	1	0,16	4	0,15	48	0,05
0581 TECNICO EM SECRETARIADO	4	0,66	15	0,58	525	0,58
0663 HABILITACAO BASICA EM SAUDE	9	1,50	16	0,62	328	0,36
0667 HABILIT. BASICA AGROPECUARIA	14	2,33	31	1,21	631	0,70
0670 HABILITACAO BASICA EM QUIMICA	6	1,00	15	0,58	495	0,55
0673 HABIL. BASICA EM ADMINISTRACAO	49	8,16	183	7,14	5954	6,68
0677 HABILITACAO BASICA COMERCIO	77	12,83	250	9,76	7916	8,89
0683 TEC.LAB.DE PROTESE ODONTOLOG.	2	0,33	10	0,39	295	0,33
0687 EST.ADIC.EDUC.ESP.DEF. MENTAL	1	0,16	2	0,07	72	0,08
0688 EST.ADIC. - DEFICIENCIA VISUAL	1	0,16	1	0,03	42	0,04
0689 EST.ADIC.ED.ESP.DEF. ALDIDCOM.	1	0,16	2	0,07	61	0,06
0691 ATOR	1	0,16	3	0,11	75	0,08
0717 ESTUDOS ADICIONAIS DE ALFABET.	1	0,16	1	0,03	45	0,05
7897 PROPEDEUTICO	148	24,66	572	22,33	19651	22,07
TOTAL DO ESTADO	600		2561		89915	

Fonte: FUNDEPAR/87

TABELA 3

MATRÍCULA DO ENSINO DE 2º GRAU DE 1980 a 1987 - POR SETORES DE ECONOMIA

SETOR	80	%	82	%	84	%	86	%	87	%
Primário	4.706	3%	5.113	3%	4.499	2,5%	3.476	2%	3.288	2%
Secundário	30.700	18,5%	27.576	16%	16.067	9%	11.179	6%	10.475	5,5
Terciário	129.060	78,5	137.956	81%	157.963	88,5	173.626	92%	172.990	92%
T.Contabilidade	*43.703	100%	46.228	100%	46.530	100%	49.562	100%	50.602	100%
Propedêutico	* -		-		26.591	17%	46.701	27%	52.515	30,5%
Magistério	14.120	11%	24.156	17,5%	35.061	22%	39.979	23%	38.414	22%
T O T A L	164.466	100%	170.645	100%	178.529	100%	188.281	100%	186.753	100%

\* O percentual das habilitações é em relação ao total do Setor Terciário.

FONTE: FUNDEPAR - 1987

TABELA 4  
TOTAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO DE 2º GRAU - ESTADO DO PARANÁ - 1970 - 1987

	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87		
1a.	28763	31671	35905	40795	39154	48854	57737	66514	69932	73253	78937	78720	82900	84586	87109	86405	88906	86314		
2a.	18697	23163	25093	29818	28428	34305	35120	41705	46637	48353	48188	49947	49337	49775	52756	50744	54846	54469		
3a.	14848	16686	19183	22494	25394	27207	27739	27603	32332	36816	35894	35731	36082	34865	36554	37003	37877	39195		
4a.	-	205	178	270	330	427	688	1029	1586	1038	1447	1497	2326	2007	2110	1000	885	1091		
TOTAL	62408	71725	80359	93377	93306	110793	121284	136851	150487	159460	164466	165895	170645	171233	178529	181952	188281	186753		
																	REGIME NÃO SERIADO - *	6770	5767	5684

FONTE: FUNDEPAR/87

TABELA - 5

RELAÇÃO ENTRE MATRÍCULAS DE SÉRIES SUCESSIVAS NO ENSINO DE 2º GRAU, ESTADO DO PARANÁ - 1973 - 1987

SÉRIES	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87
1a.	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
2a.		697	876	719	722	701	691	658	632	627	600	624	583	635	613
3a.			667	708	565	560	554	513	488	457	443	441	437	435	454
4a.				17	26	32	18	22	21	32	27	27	12	10	13
CONCLUENTES				677	656	615	586	486	459	441	396	418	397	385	

FONTE: FUNDEPAR/87

TABELA 6  
 RELAÇÃO ENTRE A MATRÍCULA DE SÉRIES SUCESSIVAS - 19 E 29 GRAUS  
 TOTAL DO ESTADO 1975 - 1987

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1a.	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
2a.		564	569	593	615	630	651	678	689	701	701	738	730
3a.			481	486	501	517	538	563	592	597	602	613	639
4a.				391	389	402	423	446	489	492	489	509	510
5a.					380	373	374	404	452	497	525	544	542
6a.						291	279	280	290	325	345	377	377
7a.							222	213	205	220	239	257	273
8a.								171	158	158	169	187	194
CONCLUINTES									119	118	129	141	-
1a.									193	196	114	202	211
2a.										120	119	123	124
3a.											84	85	88
CONCLUINTES												73	-

Fonte/FUNDEPAR - 1987

### III- PRINCÍPIOS NORTEADORES

Comprometida com um processo participativo — prática da SEED nos últimos anos — a presente proposta encontra-se em consonância com as políticas de democratização do saber e de resgate da credibilidade da escola pública.

Nos últimos anos, o 2º Grau no Paraná abriu espaço para o atendimento dos filhos da classe trabalhadora, principalmente nos cursos noturnos. Daí a necessidade de repensar o sentido desta escola, tendo em vista o conhecimento e a constante identificação das realidades sócio-culturais individuais dos alunos, de forma que a educação escolarizada se constitua para eles em instrumento significativo de crítica e transformação social.

Os cursos oferecidos, na sua maioria na habilitação de Contabilidade e Educação Geral, representam as duas dimensões do Ensino de 2º Grau: a profissionalização, voltada para a preparação para o trabalho; e o ensino geral, centrado na transmissão de conteúdos intelectuais mais amplos.

Uma escola noturna regular compromissada com a realidade social é a que busca atender as expectativas dos alunos que, em sua maioria, já exercem um tipo de trabalho determinado e encontram-se ativos no processo produtivo. Esta é a realidade do ensino noturno: sua clientela é constituída de alunos-trabalhadores. Esta escola deve definir os caminhos que propiciem a articulação entre o ensino e o trabalho, sem que isso leve ao equívoco de entender a escola do aluno-trabalhador como continuidade de sua jornada de trabalho. A

proposta pedagógica oferecida no horário noturno deve ser enriquecida e atualizada pelas novas conquistas científicas e culturais, de forma a assegurar à clientela uma sólida formação geral, direito de todo cidadão. Isso significa entender o trabalhador que ainda não completou uma formação escolar como um ser humano global, com direito ao desenvolvimento de suas potencialidades em todas as dimensões possíveis, o que trará, certamente, conseqüências benéficas à sua dimensão de trabalhador.

A expectativa deste aluno, como comprovam os dados de pesquisas realizadas nos diversos Estados, principalmente a que envolveu as escolas de 2º Grau da Região Metropolitana de Curitiba,<sup>1</sup> se concentra no ingresso na universidade e na melhoria das condições de vida, via salário. Porém, a visão sobre aquisição de conhecimentos se dá antes sob o caráter de consumo da educação do que com o de investimento. O aluno trabalhador, originário de famílias de baixa renda, que desempenha tarefas operacionais que não exigem escolarização, perpetua a sua condição de classe subalterna, no exercício de atividades de sub-emprego. A escola atual não se encontra capacitada para atender a clientela oriunda de segmentos dessa população, por não oferecer condições de torná-lo um trabalhador mais competente e habilitado, assim como não tem garantido uma sólida formação geral que possibilite a essa clientela alargar sua visão de mundo, de forma a fazer a crítica e rever as expectativas, advindas, na maioria das vezes, da massificação das crenças e valores do mundo industrial moderno.

O Estado deve responder ao compromisso assumido com a maioria da população, se responsabilizando pela democratização da oferta, pela melhoria das condições do ensino e pela recuperação das condições de trabalho e competência do professor, condições fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino.

---

(1) UFPr/IPARDES/COMEC. O Ensino de 2º Grau - Caracterização e Perspectivas, 1986.

Na busca de reverter a situação do fracasso escolar, traduzidos nos índices de evasão e repetência, requer-se compreender a relação entre a escola e o processo produtivo e intervir nesta realidade pelo esforço coletivo, capaz de redimensionar o fluxo de relacionamento entre as esferas do planejamento e execução, entre o administrativo e o pedagógico.

#### IV - ASPECTOS RELEVANTES PARA APROFUNDAMENTO

O Departamento do Ensino de 2º Grau, preocupado com a diversidade da situação do curso de 2º Grau Noturno em relação ao diurno quanto às oportunidades de acesso ao saber elaborado socialmente, busca articular ações junto aos organismos educacionais para definir o atendimento ao aluno que procura a escola no período noturno.

Ao ser desencadeada a discussão sobre as condições reais do ensino noturno, é primordial que se considere que a escola em geral é vista como um bem social, indispensável para a inserção no mercado de trabalho e a ascensão profissional; e que a maioria das matrículas de 2º Grau se concentra neste turno. O Departamento do Ensino de 2º Grau propõe o repensar do ensino noturno, a partir de pontos fundamentais que necessitam ser assegurados:

● FASE I (1988):

- 1 - Garantia de permanência do aluno na rede pública;
- 2 - Oferta de conteúdos na perspectiva da pedagogia crítico-social;
- 3 - Novas metodologias apropriadas para o ensino noturno;
- 4 - Oferta de aulas geminadas;
- 5 - Capacitação e aperfeiçoamento de docentes;
- 6 - Dinamização dos Núcleos Regionais de Educação para atuação concreta nos estabelecimentos de ensino que ofertam 2º Grau Noturno.

● FASE II (1989):

- 1 - Melhoria de infra-estrutura necessária quanto a:  
. estrutura física

- . recursos humanos
- . merenda escolar

2 - Garantia de suporte legal quanto à:

- . Adequação de horários e duração de cursos.

FASE I - 1988

1 - GARANTIA DA PERMANÊNCIA DO ALUNO NA REDE PÚBLICA DE 2º GRAU:

É fundamental a realização de estudos sobre as causas e tendências das reprovações e evasões que vêm atingindo índices alarmantes.

O desperdício escolar - repetência e evasão - atinge 50% de clientela de 1ª série, um terço dos alunos de 2ª série e 13% a nível de 3ª série do 2º Grau<sup>1</sup>.

O crescimento das matrículas tem sido insignificante nos últimos anos. Em 1980, o Estado atendia 164.466 alunos e, em 1987, a matrícula atingiu 186.753, significando 15% da clientela potencial.

Segundo pesquisas realizadas a nível nacional, os mecanismos de seleção e exclusão atingem principalmente os alunos provenientes de famílias de baixa renda.

A função específica da escola, que é oferecer condições de preparação e formação de indivíduos através da transmissão e produção do saber, não está sendo cumprida. O aluno que procura a escola noturna - e que é merecedor de um ensino com a mesma qualidade oferecida pelo diurno - requer uma escola comprometida com seus interesses e atraente o suficiente para estimulá-lo depois de uma jornada de trabalho diário.

(1) SEED/Gabinete do Secretário. Estatística Educacional, 1987.

Esta nova perspectiva de ação exigirá um esforço teórico de todos os elementos envolvidos no processo educacional. As soluções surgirão através das ações articuladas pelo DESG, mas necessariamente de cada escola que, a partir da percepção das causas e tendências do desperdício escolar, indicará medidas adequadas ao tratamento do ensino-aprendizagem que venham permitir a gradativa superação deste quadro.

## 2 - OFERTA DE CONTEÚDOS NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA CRÍTICO-SOCIAL:

A pedagogia crítico-social ocupa-se com a construção de uma teoria pedagógica articulada com uma concepção de mundo e de sociedade que seja expressão do movimento da prática social coletiva, transformadora das realidades sociais, numa direção emancipatória. Neste sentido, teoria e prática são concebidas como inseparáveis, enriquecendo-se mutuamente, na medida em que a prática educativa concreta é questionada e modificada em decorrência das exigências de situações pedagógicas resultantes de circunstâncias historicamente determinadas.

A educação—momento da prática social— atua como coadjuvante no movimento de transformação da sociedade; na tomada de consciência do poder coletivo por parte dos sujeitos, "portadores da práxis viva", ou seja, atua na elaboração crítica consciente das relações sociais em que são levados a viver.

Na perspectiva da educação inserida no movimento da prática social global, portanto como tarefa crítico-transformadora, devem ser ressaltadas duas conseqüências práticas para o trabalho docente: a primeira refere-se à valorização da instrução e do ensino como instrumentos de humanização, o que implica assumir a dimensão pedagógica-co-didática da visão crítica da sociedade; em segundo lugar, o trabalho docente deve ser contextualizado histórica e socialmente, isto é, ensino e realidade devem estar articulados.

Nesse sentido, concebe-se currículo como um instrumento articulador do saber escolar "versus" prática social do aluno. Portanto, o espaço escolar aparece como o local da teoria, entendida como o assumir, discutir e superar as diversas práticas.

Os educadores paranaenses, nessa perspectiva, preocupados com a necessidade da oferta de conteúdos de relevância social, vêm se organizando em grupos por disciplina, com vistas à reelaboração dos conteúdos, tendo por base as questões do trabalho, da vida e dos interesses dos alunos.

É fundamental que se reconheça o mundo do trabalho adentrando à escola e que também o professor se perceba como um trabalhador capaz de sentir seu aluno como estudante-trabalhador.<sup>2</sup>

### 3 - NOVAS METODOLOGIAS APROPRIADAS PARA O ENSINO NOTURNO:

Aluno e professor, ao serem indagados sobre a rotina escolar noturna (PEZZOLO, 1985), tecem comentários, queixas e justificativas a respeito de combinar trabalho e escola. Nesse período, ambos encontram-se cansados. O aluno esforça-se para assistir as aulas, em função do desejo de "ser alguém na vida", apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas. Ao mesmo tempo, o corpo docente desenvolve suas atividades sob condições desfavoráveis, criadas pelo cansaço físico e intelectual, além da precariedade das instalações físicas do prédio escolar.

Apesar da realidade de sua clientela ser muito diversa, os conteúdos a serem trabalhados no noturno têm como eixo condutor o perfil do aluno ideal mais aproximado daquele que se encontra matriculado no período diurno. Os alunos geralmente enfrentam aulas monótonas, além de professores impacientes que, em sua maioria, não considera a vasta experiência adquirida pelos alunos nas oito ho-

---

(2) MEC. Proposta Política para o Ensino de 2º Grau, 1987.

ras de trabalho; experiência esta sedimentada em ambiente exigente que os solicita muito mais do que o mundo da escola.

O trabalho no noturno deve ser diferenciado, sem que o produto final seja diferente do oferecido pelo diurno. É uma questão que vai além das aplicações de técnicas, de recursos pedagógicos e do uso do livro didático. É fundamental a valorização da clientela que possui uma experiência muito rica de vida e de trabalho que, se considerada em sala de aula, numa proposta de ação dinâmica e ativa, poderá colaborar para a revitalização da mesma. Desta forma, provavelmente, a escola responderá aos interesses e possibilidades dos alunos.

Uma reflexão crítica de ação pedagógica se faz necessária, principalmente por esta se constituir em um dos mecanismos de redução dos índices de evasão e repetência.

#### 4 - OFERTA DE AULAS GEMINADAS:

Outro fator que dificulta o ensino noturno é a atual distribuição das aulas no horário escolar.

O tempo de aula dobrado, prática comum em diversos cursos, ainda que exclusivamente no atendimento de algumas disciplinas, propicia a redução das distâncias entre docentes e discentes. O professor precisa de tempo para aprofundar as questões transmitidas e a aula geminada permite que se ensine o aluno a estudar, pois este, muitas vezes, conta apenas com os fins-de-semana para o desenvolvimento das diversas atividades recomendadas pelos professores.

A alternativa de horário proposto permitirá outras formas de organização do trabalho, possibilitando ao professor o atendimento às especificidades de cada grupo numa mesma sala, além da atenção especial aos casos individuais, através do desenvolvimento de estudos, consultas, pesquisas, leituras preparatórias e complementares etc.

## 5 - CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE DOCENTES:

Faz-se necessário a valorização constante do professor — elemento de maior influência na qualidade de ensino e contribuinte decisivo no processo de transformação da sociedade — diante da nova postura que requer o ensino noturno de 2º Grau.

As ações implementadas pelo DESG referentes à capacitação e aperfeiçoamento de docentes estarão voltadas à concretização de posições político-filosóficas da atual Administração.

As iniciativas de realização de encontros e treinamentos a nível local e regional, nascidas da discussão e do levantamento das necessidades de cada região específica, receberão apoio técnico e financeiro deste Departamento.

## 6 - DINAMIZAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO PARA ATUAÇÃO CONCRETA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO QUE OFERTAM 2º GRAU NOTURNO:

Caberá aos Núcleos Regionais de Educação o estabelecimento de uma organização de trabalho que possibilite um acompanhamento mais concreto da realidade dos estabelecimentos que ofertam o Ensino de 2º Grau no período noturno.

Além das responsabilidades inerentes ao órgão, os Núcleos Regionais deverão criar, na região, espaços pedagógicos que propiciem a discussão, a elaboração de estudos, treinamentos etc, oportunizadas estas que permitirão uma análise mais aprofundada e proposição de alternativas de superação das dificuldades até então enfrentadas pelo ensino noturno.

### FASE II - 1989

- 1 - MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA QUANTO A:  
o ESTRUTURA FÍSICA: Ao dar continuidade aos programas desenvolvidos

pela FUNDEPAR quanto à recuperação de prédios, a SEED objetivará a tender a rede estadual, a partir de um esforço conjunto que, envolvendo os organismos regionais e entidades representativas da comunidade, possa oferecer melhores condições de trabalho, além de melhor aproveitamento dos recursos já existentes.

o RECURSOS HUMANOS: Para suprir as deficiências de funcionários, geralmente apresentadas pelos serviços pedagógicos, de secretaria, de zeladoria, de biblioteca, de segurança e outros, o Estado buscará atender as necessidades apresentadas, após a elaboração de estudos a serem realizados em cada escola, respeitando as suas especificidades. Estes estudos deverão ser realizados no próximo ano, em conjunto com os organismos regionais de educação e entidades representativas da comunidade.

o MERENDA ESCOLAR: A SEED/FUNDEPAR está atualmente, pelo Programa Estadual de Alimentação Escolar, atendendo 68,09% da rede de ensino de 2º Grau noturno, beneficiando 61.245 alunos. Este Programa objetiva assegurar a complementação e educação alimentar diária aos estudantes e incentivar a participação da comunidade nesta ação. Compete a escola que ainda não participa deste Programa apresentar estudos de necessidades e encaminhá-lo ao órgão responsável.

## 2 - GARANTIA DE SUPORTE LEGAL QUANTO A ADEQUAÇÃO DE HORÁRIOS E DURRAÇÃO DE CURSOS NOTURNOS:

Estes fatores - horários e duração de cursos - geralmente causadores da inoperância do ensino noturno, deverão ser analisados com profundidade a nível da rede estadual, com vistas a apresentação de soluções que superem as dificuldades atualmente enfrentadas por professores e alunos.

As sugestões devem garantir a qualidade do ensino e, ao mesmo tempo, não prejudicar o tempo global de permanência do aluno na escola.

As condições legais para que as mudanças se efetivem serão resultado de amplo debate junto às escolas, organismos locais, regionais e centrais de educação que, juntos apresentação proposições ao Conselho Estadual de Educação.

## V - REFERENCIAL TEÓRICO

- CARNOY, Martin & HENRY, M. Levin. Escola e trabalho no estado capitalista. São Paulo, Cortez, 1987.
- CADERNOS CEDES, nº 16. O ensino noturno: conquista, problema ou solução. São Paulo, Cortez, 1986.
- CARVALHO, Célia Pezzolo de. Ensino noturno: realidade e ilusão. São Paulo, Cortez, 1985 (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 12)
- NOGUEIRA, Madza & SILVA, Tereza Roserley. Escola Pública: o desafio ao ensino noturno. São Paulo, Cortez, 1986.
- FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. A escola do trabalho e o trabalho da escola. São Paulo, Cortez, 1987 (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 22)
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Proposta de política para o ensino de 2º grau. Brasília, mimeo., 1987.
- GOVERNO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. O ensino no período noturno: uma questão de metodologia?, Projeto IPE, Fundamentos da Educação e Realidade Brasileira, nº 8, CENP, 1986.

- KUENZER, Acácia Z. O aluno trabalhador e o ensino profissionalizante. Bimestre: revista do 2º grau, nº 1: 16-20, outubro 1986.
  
- TENCA, Sueli Contrim. Cursos noturnos: a pobre escolarização dos que trabalham. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (43):37-41, novembro 1982.
  
- Implantação do Projeto de Reestruturação Técnico-Administrativa e Pedagógica do Período Noturno. Avaliação do Primeiro Ano. Elaboração: Laurinda Ramalho Almeida, Thereza Lair da Silveira Galvanini (Secretaria de Educação de São Paulo - ATPCE); Bernardetti Gatti, Sandra Maria Zapeig (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, 1985.